



CONFLITOS AMBIENTAIS NA ZONA COSTEIRA: A PESCA E A ATIVIDADE PORTUÁRIA NO SUL DO ESPÍRITO SANTO

Área temática: Conflitos Socioambientais

André Araujo

andre@ramosaraujo.com.br

Sérgio Barros

sergiobarros@id.uff.br

Resumo: *O objetivo do estudo é avaliar os conflitos socioambientais na zona costeira do município de Itapemirim, em decorrência da instalação de um complexo portuário, propondo ações para mitigá-los. Para o almejado desenvolvimento econômico, é fundamental o fortalecimento da infraestrutura necessária que sustente este crescimento. No presente trabalho, tratamos especificamente da instalação de bases de apoio logístico offshore, necessárias ao desenvolvimento da indústria do petróleo. Sendo assim, o trabalho buscou através de um estudo de caso entender os conflitos decorrentes da atividade portuária, em especial das Bases de Apoio Logístico Offshore no município de Itapemirim, Distrito de Itaipava, no estado do Espírito Santo. A partir da identificação dos conflitos procurou-se propor uma metodologia de mediação de tais conflitos, buscando através do diálogo entre todos os envolvidos no processo, construir uma sociedade mais justa, atendendo aos anseios de todos. Buscou-se contextualizar o conflito em sua essência, os conflitos ambientais na zona costeira e a mediação ambiental em si, aplicando a metodologia da Matriz GUT para identificar os problemas junto à comunidade, e estabelecer o seu grau de prioridade, para enfim, aplicar um Diagnóstico Rápido Participativo – DRP buscando de forma consensual traçar uma metodologia construtiva de solução dos conflitos decorrentes.*

Palavras-chaves: *Conflitos Ambientais, Mediação Ambiental, Zona Costeira, Portos, Atividade logística offshore.*

INTRODUÇÃO

Uma boa e eficiente estrutura portuária é fundamental para o desenvolvimento econômico de qualquer nação, pois através dos portos, efetiva-se um elo entre países, propiciando a entrada e saída de pessoas e produtos.

Quando se fala em desenvolvimento econômico é preciso pensar também em energia, pois esta é necessária para atingir este fim, e como principal matriz energética no Brasil e no mundo, destaca-se o petróleo. Este vem sendo extraído cada vez mais em campos marítimos, necessitando de uma grande infraestrutura no mar e também em terra, objetivando suprir as necessidades das plataformas de exploração e produção. (ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, 2013)

No Brasil, o avanço da indústria petrolífera, notadamente com a descoberta dos campos do pré-sal, demandará grandes investimentos em infra-estrutura de apoio, especialmente em bases de apoio logístico offshore. (ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, 2013)

O estado do Espírito Santo foi identificado com grande potencial para a instalação da atividade portuária, em especial a de apoio logístico offshore, onde encontra-se em fase de licenciamento ambiental dois portos no município de Itapemirim, localizado no sul do estado. (BITENCOURT, 2013)

A atividade pesqueira, na realidade, é predominante na região em que os empreendimentos portuários pretendem se instalar, e compreende os municípios de Itapemirim, Piúma e Marataízes. Portanto, a ocorrência de conflito entre tais atividades é latente, já que ambas disputarão o mesmo território.

A busca do equilíbrio entre os interesses adversos e os impactos negativos e positivos decorrentes de sua atividade é que deve ser almejado pelo empreendedor, alinhando o desenvolvimento econômico, social e ambiental.

Conforme desta Acserald (2004), podemos conceber a questão ecológica de duas formas. A primeira se refere à quantidade de recursos naturais disponíveis, pois sendo finitos, devem ser conservados. A segunda refere-se aos fins em que estes finitos recursos são utilizados.

A atividade portuária ao ser implantada acaba por utilizar espaços físicos para sua instalação estabelecendo “zonas de exclusão”, impedindo outras atividades antrópicas no local, como a própria atividade de pesca de subsistência. (LOPES, 2013)

Observa Acselrad (2004) que, “na perspectiva das ciências sociais críticas, não é possível separar

a sociedade e seu meio ambiente, pois trata-se de pensar um mundo material socializado e dotado de significados”.

Desta feita, devem ser considerados os aspectos culturais e históricos da comunidade que sofrerá os impactos da implantação da atividade, destacando no caso em questão que os pescadores e o litoral têm significados diferentes para as comunidades de pescadores locais e as empresas que lá pretendem se instalar. (ACSELRAD, 2004)

O desenvolvimento é alardeado como benéfico para todos, desde o empreendedor, o governo e o povo, sendo desconsiderado o ponto de vista da comunidade atingida, prevalecendo quase sempre a cultura desenvolvimentista. (ACSELRAD, 2014)

Em seu estudo sobre Justiça Ambiental, Leal (2013) divide os conflitos socioambientais em dois grupos,

- a) aqueles externalizados em falas e/ou ações dos sujeitos sociais envolvidos;
- b) aqueles que permanecem latentes, nos quais estão presentes situações de injustiça ambiental, contradições de interesses, de visões de mundo e de condições sociais de reprodução, gerando desigualdade no acesso aos recursos ambientais, tratando-se, porém, de conflitos que não se manifestam abertamente. (LEAL, 2013)

Neste cenário, a instalação de empreendimentos na zona costeira poderá ocasionar uma série de impactos ambientais e conflitos socioambientais, em especial pelo uso do território.

A pesca é uma atividade anterior a chegada dos portugueses no Brasil (DIEGUES, 1999), sendo considerada de grande importância como fonte de alimento e renda, sobretudo para as comunidades costeiras e ribeirinhas. (LOPES, 2013)

Empreendimentos portuários causam impactos no meio físico e frequentemente se sobrepõem a áreas usadas como fonte de subsistência de populações tradicionais de pesca, gerando assim, conflitos socioambientais decorrentes das disputas de interesses. (LOPES, 2013)

Neste cenário é que se destaca a importância da mediação de conflitos socioambientais, pois a partir de conceitos e técnicas estabelecidas é possível conjugar interesses, buscando adequar o desenvolvimento desejado para uma determinada região.

Fazer uso desta metodologia, poderá assegurar a sustentabilidade ao negócio, evitando passivos futuros, sendo relevante a inclusão nos estudos de impacto ambiental e também no próprio sistema de gestão ambiental da empresa.

O Estado do Espírito Santo é o segundo maior produtor nacional de petróleo, e com as operações do pré-sal há uma expectativa da produção ultrapassar os 500 mil barris/dia até o ano de 2015, atraindo inúmeras empresas. (SEDES, 2014) (ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, 2013)

Com este cenário, o estado é estratégico para a instalação de terminais de apoio logístico offshore além de estaleiros navais, notadamente as cidades de Anchieta, Itapemirim e Presidente Kennedy. (BITENCOURT, 2013)

Portanto, a pesquisa em tela pauta sua relevância no cenário acelerado de desenvolvimento que o estado do Espírito Santo apresenta, face ao interesse de investidores pelo posicionamento estratégico e incentivo governamental, em especial o sul do estado, onde há previsão de instalação de dois portos de apoio logístico offshore no município de Itapemirim, separados por uma distância em linha reta de aproximadamente doze quilômetros, além de outro multimodal no município de Presidente Kennedy.

CONFLITOS AMBIENTAIS NA ZONA COSTEIRA

Apesar de sofrer uma grande pressão antrópica, a zona costeira é um ambiente com importantes ecossistemas, como dunas, manguezais, costões rochosos, praias e restingas, contribuindo para o equilíbrio ambiental e bem estar da população. (BITENCOURT, 2013)

Segundo o Ministério do Meio Ambiente as zonas costeiras representam um dos maiores desafios para a gestão ambiental no Brasil, possuindo áreas particularmente sensíveis do ponto de vista ambiental, concentrando-se 23,58% da população brasileira. Entretanto, a mesma está sujeita a vetores de desenvolvimento em franco processo de expansão, destacando-se turismo, aquicultura, portos e logística, industriais e a exploração petrolífera offshore com seus efeitos multiplicadores, como a descoberta e exploração da Formação Pré-Sal. (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2014)

Neste sentido, o Brasil, que possui uma vasta extensão litorânea tem desenvolvido uma série de Leis, Decretos, Programas e Projetos visando aperfeiçoar o gerenciamento costeiro, como podemos observar na figura abaixo extraída do sítio da internet do Ministério do Meio Ambiente (consulta em 13 de abril de 2015).

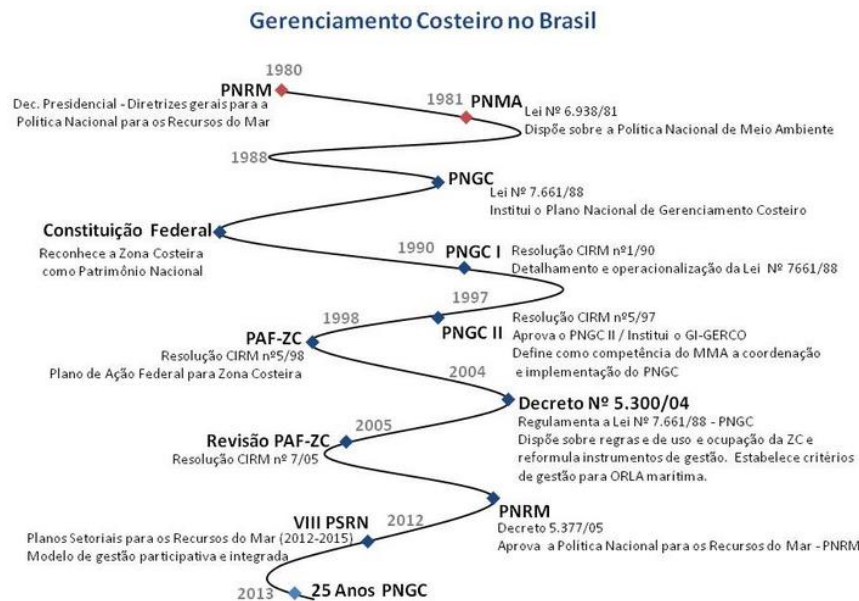


Figura 1 Gerenciamento Costeiro no Brasil

Fonte: MMA

A Lei 7661 de 1988 que instituiu o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro, em seu artigo segundo parágrafo único, traz a definição de zona costeira, que segundo este diploma legal é “o espaço geográfico de interação do ar, do mar e da terra, incluindo seus recursos renováveis ou não, abrangendo uma faixa marítima e outra terrestre, que serão definidas pelo Plano”. (BRASIL, 1988)

Portanto, com esta diversidade de potenciais atividades para se instalarem na zona costeira, dá início a um confronto de interesses e quando o espaço marítimo é disputado para diversos usos e muitas das vezes incompatíveis por si só, acabam por causar conflitos territoriais. (PAIM, 2014)

O estado do Espírito Santo vem na esteira do contexto nacional, com uma série de empreendimentos previstos para se instalarem no seu território, na sua zona costeira, em especial na região sul. (BITENCOURT, 2013)

No ano de 2009 com a edição da Lei 11.959, que dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, procurou o legislador pátrio ordenar a atividade e principalmente o desenvolvimento socioeconômico cultural e profissional dos que exercem a atividade pesqueira, bem como de suas comunidades. (BRASIL, 2009)

Este mesmo diploma legal classificou em seu artigo 8º, a atividade de pesca em comercial e não comercial, a saber;

Art. 8º Pesca, para os efeitos desta Lei, classifica-se como:
I – comercial;



- a) artesanal: quando praticada diretamente por pescador profissional, de forma autônoma ou em regime de economia familiar, com meios de produção próprios ou mediante contrato de parceria, desembarcado, podendo utilizar embarcações de pequeno porte;
 - b) industrial: quando praticada por pessoa física ou jurídica e envolver pescadores profissionais, empregados ou em regime de parceria por cotas-partes, utilizando embarcações de pequeno, médio ou grande porte, com finalidade comercial;
- II – não comercial:
- a) científica: quando praticada por pessoa física ou jurídica, com a finalidade de pesquisa científica;
 - b) amadora: quando praticada por brasileiro ou estrangeiro, com equipamentos ou petrechos previstos em legislação específica, tendo por finalidade o lazer ou o desporto;
 - c) de subsistência: quando praticada com fins de consumo doméstico ou escambo sem fins de lucro e utilizando petrechos previstos em legislação específica.

O conhecimento destes conceitos é relevante, pois na área de estudo é predominante à pesca comercial artesanal, praticada por pescadores profissionais e embarcações de baixa autonomia, restritas a algumas milhas da costa. (PIZETTA, 2004)

Ressalta-se também que há a presença de empresas pesqueiras na região, sendo o local um dos principais pontos de desembarque de pescado trazidos por embarcação de maior autonomia, caracterizando assim a existência da pesca comercial industrial. (PIZETTA, 2004)

Com a implantação de terminais portuários que ocupam grandes faixas litorâneas além de criar áreas em que o tráfego de embarcações pequenas passa a ter uma série de restrições por conta da entrada e saída dos grandes barcos no porto, iniciam-se os conflitos por território na região. (LOPES, 2013)

Criam-se zonas de exclusão (LOPES, 2013), acabando ou restringindo pesqueiros antes utilizados pelos pescadores artesanais, influenciando na própria subsistência da comunidade.

No presente estudo, a pesquisa será limitada a comunidade pesqueira do distrito de Itaipava, localizado no município de Itapemirim em confronto com a base de apoio logístico offshore que pretende se instalar na praia da Gamboa naquele distrito.



Figura 2 Imagem aérea do local de desembarque de pescado em Itaipava
Fonte: Google Earth

Apesar de existirem portos de pesca distribuídos ao longo do litoral capixaba, são os da região sul do estado que apresentam melhores condições rodoviárias, pois estão mais próximos e ligados a importantes centros urbanos do Brasil, como Rio de Janeiro e São Paulo, o que torna esta região mais desenvolvida do que a localizada no norte, principalmente no que concerne ao desembarque de pescado. (PIZETTA, 2004)

Em consulta ao sítio eletrônico do Ministério da Pesca e Aquicultura no mês de maio de 2014, mais especificamente ao Registro Geral da Atividade Pesqueira – RGP é possível verificar que Itapemirim conta com 1.994 pescadores profissionais registrados, de um total de 14.797 em todo o estado, é o segundo município com maior número de profissionais, perdendo apenas para Vitória, capital do estado. (BRASIL, MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA - MPA, 2014)

De forma a delimitar melhor o foco da pesquisa, como trataremos diretamente dos conflitos territoriais que surgirão a partir da instalação da base de apoio logístico da empresa, procurou-se utilizar como base o mapa da área de influência do empreendimento para o setor pesqueiro delimitado no EIA elaborado pela CTA Serviços Ambientais, empresa com sede no estado do Espírito Santo, contratada para elaboração do referido estudo ambiental.

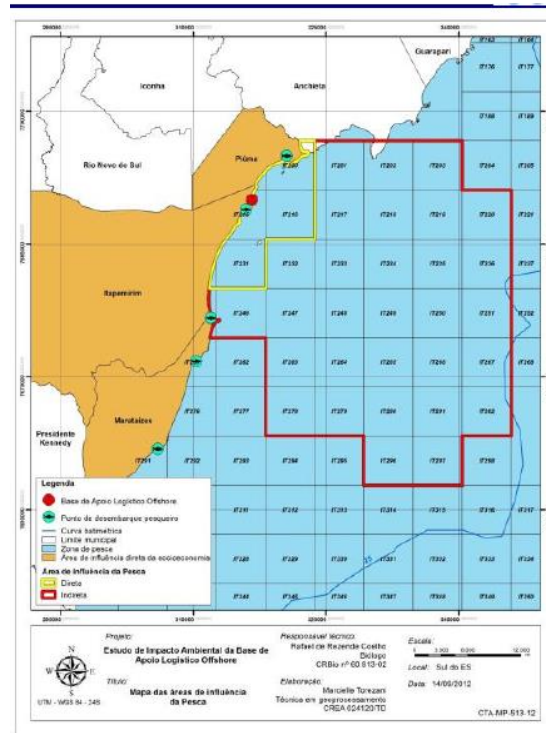


Figura 3 Mapa da Área de Influência do empreendimento para o setor pesqueiro
Fonte: EIA/RIMA C-Port Brasil Logística Offshore

Os estudos desenvolvidos para elaboração do EIA/RIMA, também buscaram delimitar diretamente no campo os pesqueiros mais utilizados para definir o mais próximo da realidade possível, a zona de exclusão da pesca, ou seja, as áreas em que o porto iria sobrepor, impedindo o desenvolvimento de qualquer atividade.

Técnicos da empresa saíram nos barcos com os pescadores, georreferenciando os pontos de pesca por eles utilizados e adotando os nomes utilizados na prática, obtendo assim uma base de dados primários mais próximos da realidade. (CTA, 2012)

A Figura 4 ilustra bem o levantamento realizado com a delimitação dos principais pesqueiros e a zona de exclusão da pesca.

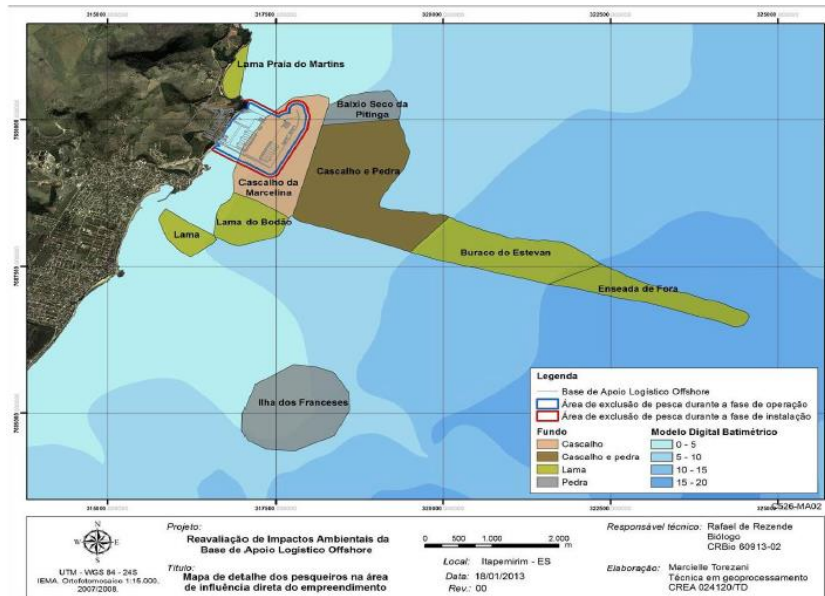


Figura 4 Mapa dos principais pesqueiros e a zona de exclusão da pesca. Fonte: EIA/RIMA C-Port Brasil Logística Offshore.

Observando o mapa dos principais pesqueiros e a zona de exclusão da pesca, conseguimos observar claramente o conflito por território, onde resta muito bem ilustrado que o píer a ser construído ficará, por exemplo, diretamente em cima de uma região conhecida como Cascalho da Marcelina, região de pesca de arrasto de camarão. (CTA, 2012)

OBJETIVO

O objetivo do estudo é avaliar os conflitos socioambientais na zona costeira do município de Itapemirim, em decorrência da instalação de um complexo portuário, propondo ações para mitigá-los.

Como objetivo específico, destacamos,

- i) Avaliar as atividades relacionadas a pesca comercial artesanal desenvolvida na região de influência do empreendimento;
- ii) Identificar os problemas e fazer uma graduação dos mesmos através da utilização da metodologia da matriz CUT;
- iii) Realizar um DRP (Diagnostico Rápido Participativo) com a comunidade pesqueira local;



- iv) Avaliar os impactos causados pelos conflitos de usos na zona de exclusão da pesca;
- v) Propor ações participativas para tratar os conflitos socioambientais decorrentes da sobreposição da atividade portuária com a pesqueira;

MÉTODO DA PESQUISA

A metodologia da pesquisa pode ser definida como um conjunto de abordagens, técnicas e processos utilizados pela ciência para formular e resolver problemas de aquisição objetiva do conhecimento, de uma maneira sistemática. (RODRIGUES, 2007)

Este é um dos pontos que mais requer atenção do autor, pois aqui é preciso informar claramente como, quando e de que forma os procedimentos serão seguidos, permitindo ao leitor reconstituir o processamento dos métodos empregados. (AGUIAR, 2013)

Dentre algumas modalidades de pesquisa, merece destaque a pesquisa bibliográfica, onde o pesquisador busca recuperar o conhecimento científico acumulado sobre um problema e a pesquisa de campo, que consiste na observação dos fatos e dados tal como ocorrem, percebendo e estudando as relações estabelecidas. (RODRIGUES, 2007)

Conforme anteriormente descrito, o presente trabalho será desenvolvido a partir de um estudo de caso decorrente de uma situação real, qual seja, a implantação de uma base de apoio logístico offshore no município de Itapemirim no estado do Espírito Santo, identificando os conflitos socioambientais decorrentes da utilização do espaço, valendo-se do emprego do método qualitativo de pesquisa por ser mais apropriada ao campo social, buscando entender e propor uma ferramenta de mediação de tais conflitos.

Para desenvolvimento da pesquisa em questão, foi realizado um amplo levantamento bibliográfico, buscando levantar o que os principais pesquisadores estão escrevendo no campo das Ciências Sociais e Ciências Ambientais sobre conflitos e formas de mediação dos mesmos.

Como parte do trabalho de levantamento bibliográfico, foi realizada uma ampla pesquisa bibliométrica que, apesar de inicialmente levantar todos os trabalhos constantes dos bancos de dados pesquisados ao longo do tempo através de palavras chaves específicas, limitou-se a uma análise final do lapso temporal dos últimos dez anos.



Para implantação da base de apoio logístico foi realizada uma consulta pública pelo órgão ambiental responsável pelo licenciamento à comunidade interessada com a finalidade de debater os principais anseios da mesma. O resultado desta consulta pública possibilitou dar subsídios para elaboração do Termo de Referência para o Estudo de Impacto Ambiental da base de apoio logístico.

A partir desta reunião pública, da pesquisa realizada durante a fase de elaboração do EIA e de conversas com a comunidade interessada, será elaborada uma Matriz GUT para avaliar a Gravidade, Urgência e Tendência dos problemas levantados pelos interessados diretos na implantação do empreendimento.

Nesta matriz, iremos atribuir notas de 1 a 5 em cada um dos aspectos analisados (Gravidade, Urgência e Tendência) para cada um dos problemas levantados, o que possibilitará fazer um ranking dos mesmos, possibilitando um direcionamento das discussões durante a aplicação do DRP junto à comunidade pesqueira.

A gravidade está relacionada ao impacto do problema caso o mesmo venha a acontecer. A urgência seria o prazo que temos para resolver o problema. Verificando se precisa ser solucionado imediatamente ou pode ser postergado. A tendência é uma avaliação do comportamento do problema ao longo do tempo caso o mesmo não seja solucionado.

Em relação às notas a serem atribuídas aos aspectos observados em cada um dos problemas levantados, Periard (2011) considerou a tabela abaixo, a qual nos filiamos em nosso estudo.

Nota	Gravidade	Tendência	Urgência
5	extremamente grave	precisa de ação imediata	irá piorar rapidamente
4	muito grave	é urgente	irá piorar em pouco tempo
3	grave	o mais rápido possível	irá piorar
2	pouco grave	pouco urgente	irá piorar a longo prazo
1	sem gravidade	pode esperar	Não irá mudar

Tabela 1 – Notas a serem atribuídos aos problemas levantados.

A utilização dos dados levantados durante a realização do EIA será de suma importância, pois foi extremamente abrangente, trazendo dados primários e bem próximos da realidade local. Este trabalho foi acompanhado de perto, visando caso necessário, adequações e ampliações para trazer resultados concretos e reais.

Para realização do levantamento socioeconômico, foi utilizado um roteiro previamente definido. Após a análise e compilação de toda massa de dados levantados, será realizado um Diagnóstico Rápido Participativo - DRP com a comunidade de pescadores do Distrito de Itaipava, Itapemirim. A escolha da utilização do DRP se deu em função de sua rapidez e dinamismo, como bem pontuou Freitas, *et all*.

O diagnóstico se autodenomina “rápido”, porque pretende, em pouco tempo, reunir e sistematizar informações sobre a realidade diagnosticada. A “rapidez” também está relacionada à escassez de recursos para o investimento em processos mais demorados e custosos de diagnóstico. Rapidez não implica, necessariamente, superficialidade de informações ou análises. Outra questão importante do DRP é que o conhecimento é dinâmico, em permanente mudança, por isso não deve haver a pretensão de construir diagnósticos finais ou definitivos. O DRP é um processo contínuo de construção de informações e análise, nunca pode ser dado como “acabado”, já que há, sempre, novas formas de rever o diagnóstico inicialmente construído, seja lançando sobre ele outro olhar ou perspectiva analítica, seja complementando-o com informações e dados fornecidos pela realidade diagnosticada ou pela literatura especializada. (FREITAS, FREITAS e DIAS, 2012)

Será elaborado um documento direcionador para o DRP, um roteiro de atividades, buscando contemplar os problemas levantados e consolidados na Matriz GUT para que assim, possa ser estabelecida uma metodologia de mediação dos conflitos resultantes da implantação do empreendimento. Não será elaborado um questionário, nem mesmo será apresentado à comunidade pesquisada este documento, ele servirá de base apenas para que o mediador possa realizar os trabalhos pautados na problemática levantada. Esta postura, visa impedir que as colocações possam influir na construção das respostas e no sentimento dos envolvidos.

Vale ressaltar que além do levantamento bibliográfico realizado que servirá de base para montagem do DRP, foram realizadas visitas e conversas informais na comunidade alvo da pesquisa, pois este trabalho preliminar foi fundamental para entender, mesmo que superficialmente, algumas das angústias e anseios locais. Busca-se de maneira insipiente, colocar aos indivíduos uma situação problema, pautada no levantamento realizado e na Matriz GUT elaborada, para que os mesmos possam refletir sobre o caso e através de reflexões e comentários iniciais, direcionar a abrangência da pesquisa e as fases posteriores da aplicação do DRP propriamente.

Em síntese, a metodologia aplicada ao presente estudo está sendo desenvolvida da seguinte forma:

- a) Levantamento bibliográfico sobre o assunto, com objetivo de identificar os principais pesquisadores sobre o assunto.



- b) Levantamento bibliométrico, utilizando como busca as expressões “Environmental Conflict” e “Environmental Mediation”, que tem por objetivo identificar quem são os principais autores, os mais citados, vinculação com universidades/institutos de pesquisa, áreas do conhecimento a que estão vinculados o assunto da pesquisa, e até mesmo se vem crescendo as discussões sobre o tema.
- c) Visitas e conversas com a comunidade local, buscando identificar os principais problemas;
- d) A partir da identificação dos principais problemas, montar uma Matriz GUT;
- e) Com as informações anteriormente levantadas, montar uma metodologia de aplicação do Diagnóstico Rápido Participativo – DRP, elaborando um roteiro para aplicação.
- f) Aplicar o Diagnóstico Rápido Participativo – DRP na comunidade de pescadores do Distrito de Itaipava no município de Itapemirim, ES.
- g) Análise dos dados obtidos.
- h) Conclusões finais.

Vale ressaltar, que foi definido a utilização do método qualitativo, pois o mesmo empregado em um estudo de caso propiciará resultados descritivos, não quantificáveis, com os dados analisados indutivamente, o que melhor refletirá os aspectos sociais envolvidos. (RODRIGUES, 2007)

RESULTADOS

O estudo tomou por base a instalação da base de apoio logístico no município de Itapemirim, na localidade de Itaipava no estado do Espírito Santo. Uma região conhecida pelo desenvolvimento da pesca artesanal, além de ser um importante ponto de desembarque de pescado.

Desta forma, observamos que boa parte da comunidade que ali reside é natural da região e vem desenvolvendo esta atividade por gerações, passando de pai para filho e também com participação efetiva das mulheres da família, especificamente na atividade de mariscagem.

A atividade predominante é a pesca artesanal, valendo-se de pequenas embarcações, principalmente na atividade de mariscagem, onde as mulheres em pequenas embarcações movidas a remo, retiram o marisco em alguns costões localizados ao longo do litoral do município ou em ilhas próximas, conduzindo os mesmos até uma praia. Na areia, fazem fogueiras e colocam o pescado para fermentar e após retiram o mexilhão que são colocados em sacos e transportados para serem comercializados.

Foi possível observar que é uma atividade extremamente sacrificante, principalmente para as mulheres, que necessitam carregar sacos pesados carregados de mariscos até a praia.

Como anteriormente relatado, e também exposto por muitas das pescadoras que tivemos acesso, a base de apoio logístico offshore ocupará alguns dos pontos de extração de marisco, causando uma grande preocupação com o futuro da atividade. Todavia, algumas relataram que se a empresa se propuser a melhorar a infraestrutura da pesca por elas realizadas, é possível amenizar tal impacto e até mesmo melhorar a quantidade e qualidade do pescado.

Nas pesquisas iniciais realizadas na comunidade, atividades estas realizadas de forma informal, buscando na convivência local captar a percepção da comunidade em relação aos empreendimentos que ali pretendem se instalar, e em conversas e reuniões com as partes interessadas, observou-se que ao mesmo tempo em que a população anseia pelo desenvolvimento econômico alardeado pelas empresas, temem pela extinção da atividade tradicional de pesca ali desenvolvida há anos.

Outro ponto que merece ser destacado, é que nas conversas e reuniões realizadas, principalmente em relação aos questionamentos dos pescadores mais antigos, pois ao mesmo tempo em que relatam a preocupação com o fim da atividade de pesca, buscam a possibilidade de qualificar seus filhos e os mais jovens para pleitearem oportunidades de trabalho nas empresas que ali pretendem se estabelecer.

Então, chama a atenção que de qualquer forma a atividade tende a ser extinta em um determinado lapso temporal, pois se os mais jovens que tenderiam a ocupar as posições na pesca dos mais velhos, mantendo-se a tradição da atividade de pai para filho, se recolocarem no mercado em atividades diversas da pesca, não haverá a substituição natural e por conseguinte a manutenção da atividade.

Observou-se também que muitos dos pescadores buscam informação sobre como podem aumentar sua renda a partir dos empreendimentos que ali pretendem se instalar, visando montar um comércio, hotel, locação de imóveis, etc... Em resumo, mais uma vez demonstram a preocupação

com a atividade da pesca, mas pretendem melhorar sua renda a partir das oportunidades que lhes são colocadas.

Sendo assim, foi realizada uma ampla pesquisa para levantamento da socioeconomia com 79 pescadores locais, onde pudemos participar e que fomentou o interesse para escrever sobre este tema. Tal pesquisa além de dar subsídios a EIA/RIMA realizado para a instalação da base de apoio logístico offshore, serviu como base para iniciarmos os trabalhos de campo, já que toda a fase de pesquisa foi acompanhada. Ela levou em conta a percepção dos mesmos em relação a atividade, a localidade e a atividade que ali pretende se instalar.

Com base nos resultados, foram compilados os principais problemas relatados pelos próprios pescadores em relação a atividade por eles desenvolvida.

Mapeados os problemas, os mesmos foram lançados na Matriz Gut para ser estabelecido o grau de prioridade de cada uma dos problemas relatados, obtendo como resultado que as atividades portuárias, plataformas e indústrias são o problema mais relevante, ou seja, com maior grau de impacto sobre a atividade da pesca local.

Este resultado corroborou com os trabalhos realizados em campo a partir das conversas com a comunidade local, especialmente os pescadores.

Para melhor percepção do levantamento realizado, foi elaborada a tabela e o gráfico abaixo com os resultados da Matriz GUT.



Matriz GUT					Logotipo	
Gravidade - Urgência - Tendência						
Item	Problema	Gravidade G	Urgência U	Tendência T	Resultado	Grau de Prioridade
1	Barcos/Pescadores de outros locais	3	3	4	36	10%
2	Diminuição dos recursos naturais	4	4	4	64	18%
3	Falta de Organização do setor	3	3	3	27	8%
4	Falta de Políticas Públicas para o setor	3	3	2	18	5%
5	Indústrias/Portos/Plataformas	5	4	4	80	22%
6	Pesca excessiva/muita gente na pesca	3	4	4	48	13%
7	Poluição	4	4	3	48	13%
8	Traineiras	3	3	2	18	5%
9	Navios de cismica	3	3	2	18	5%

Tabela 2 – Matriz GUT

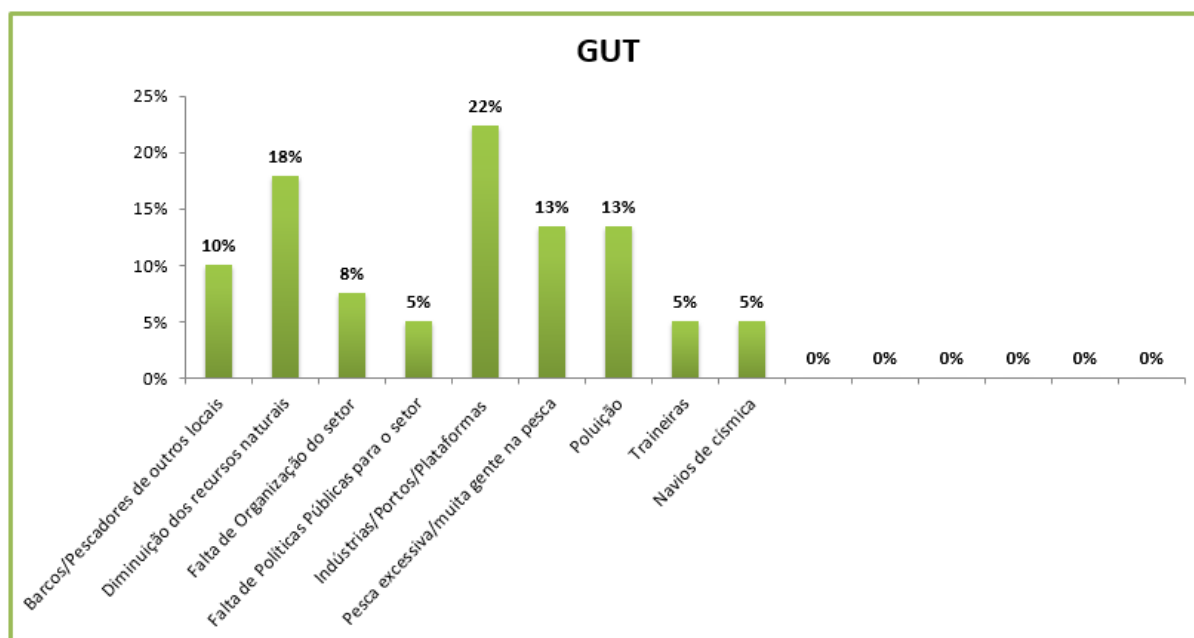


Gráfico 1 – Matriz GUT

É oportuno observar que na percepção dos pescadores, a diminuição dos recursos naturais também está entre os maiores problemas que possuem, ficando a apenas quatro pontos percentuais atrás de indústrias, portos e plataformas. Merece o destaque que muitos atribuem a diminuição dos

recursos decorrentes das atividades anteriormente mencionadas, além da pesca excessiva, que juntamente com a poluição, desponta em terceiro lugar na matriz elaborada.

Após esta análise a partir da classificação dos problemas decorrentes da Matriz Gut, foi elaborado um breve roteiro para a aplicação do Diagnóstico Rápido Participativo – DRP na comunidade local.

Inicialmente foi pensado em fazer a aplicação do DRP a partir de uma reunião a ser realizada na Colônia de Pescadores ou na Associação, todavia, percebeu-se que seria possível atingir um resultado mais próximo da realidade aplicando o diagnóstico aos pescadores durante o desenvolvimento das atividades diárias dos mesmos, pois estando neste ambiente se sentiam mais à vontade para expressar opiniões e sentimentos.

Desta forma, o diagnóstico foi realizado de forma bem leve, conversando com o maior número de interessados, durante suas atividades diárias, totalizando cerca de 25 pescadores.

Foram apresentados os trabalhos realizados nas pesquisas que antecederam este momento, que pontuou como sendo um dos maiores problemas à pesca a atividade portuária, para que os mesmos pudessem entender a questão e “entrar no clima”.

O roteiro a ser trabalhado ficou da seguinte forma:

- a) Apresentar de forma sucinta a pesquisa realizada e seus resultados até o presente momento;
- b) Sem indução das respostas, fazer com que os entrevistados coloquem sua visão sobre os impactos, positivos e negativos, do empreendimento que ali pretende se instalar.
- c) Sobre os impactos negativos, na visão dos entrevistados, como poderiam ser minimizados/mitigados.
- d) Em relação aos benefícios do empreendimento, de que forma acreditam que poderiam tirar o máximo proveito para desenvolvimento deles e da comunidade em que estão inseridos.
- e) De que forma o conflito territorial entre a pesca e a atividade portuária poderia ser compensado.

Para não dar um caráter de entrevista, foram feitos apenas alguns apontamentos pelo mediador, pois o objetivo maior do DRP é fazer a construção do resultado a partir do sentimento extraído nas conversas, levando em consideração muito mais a sensibilidade na observação.

Foi dada ampla liberdade para que reflitam sobre este resultado e ponderando sobre que aspectos, no caso concreto da base de apoio logístico offshore que pretende se instalar na praia da Gamboa em Itaipava, poderá impactar diretamente a atividade desenvolvida ali pelos pescadores.

Observou-se que a infraestrutura da pesca na região, carece de muitas coisas, desde o desembarque do pescado, passando pelas embarcações e comunicação.

Apesar de ser uma atividade pesada e em condições precárias e degradantes, a maior parte dos pescadores gosta do que faz e se orgulham, até porque mantém viva uma atividade que vem de herança familiar.

Há uma reclamação generalizada de ausência do poder público com incentivos e ações para proporcionar melhores condições a atividade da pesca tornando a mesma muito sacrificante e degradante.

Percebe-se que de uma forma geral a comunidade, incluindo aí os pescadores, aceitam a implantação da base de apoio logístico offshore em sua região e reconhecem como um processo necessário ao desenvolvimento, não só local, mas do Brasil. Todavia, é preciso que o processo de implantação seja amplamente debatido com os mais interessados, para que proporcione uma maximização dos efeitos positivos do empreendimento e a minimização dos efeitos negativos, buscando assim, minimizar eventuais conflitos.

CONCLUSÕES

Ao mesmo tempo em que há uma preocupação com a extinção da atividade da pesca artesanal por conta do desenvolvimento da atividade portuária, a comunidade anseia pelo desenvolvimento alardeado pelo empreendimento. Pois ao mesmo tempo em que há o receio do fim, almejam futuro melhor para seus filhos e jovens da comunidade, o que nos faz concluir que se assim permanecer, a pesca estará fadada a extinção em um determinado lapso temporal, pois se não houver mais os jovens que há anos substituem seus pais e os mais velhos neste labor diário, perpetuando a atividade, estará sendo marcado seu fim.

Há outros fatores que podem pôr fim a pesca também, como a redução dos recursos naturais e poluição, ambos devidamente observados na Matriz Gut elaborada para este estudo. Estes fatores, estão ligados de maneira direta ou indireta ao desenvolvimento da atividade portuária.

Retornando ao foco específico do presente estudo, foi observado que proporcionar melhores condições para os pescadores que hoje desenvolvem esta atividade na região pode ser uma solução para no mínimo manter a atividade ativa por mais tempo. Todavia, é necessário uma discussão

ampla sobre questão e este debate perpassa necessariamente por um empoderamento da comunidade em discussão participativa na análise efetiva do conflito decorrente da disputa, em especial a territorial, entre estas atividades.

A comunidade tradicional dispõe de conhecimentos decorrentes de experiências que ultrapassam gerações e que com a possibilidade do diálogo pode ser fundamental para uma solução consensual na busca de um desenvolvimento sustentável que atenda aos anseios de todos, desde a comunidade interessada que sofrerá os impactos diretos da comunidade, bem como o empreendedor que ali pretende se instalar.

Em suma, a conclusão final que chegamos com o presente estudo é que podemos desenvolver de forma sustentável, trazendo melhoria da qualidade de vida para todos os interessados, e a melhor forma de se atingir este objetivo é uma gestão participativa, buscando o que cada um pode contribuir de melhor na construção de uma solução conjunta.

Seria importante que este conceito, já presente em algumas legislações, passe a fazer parte do sistema de gestão ambiental das empresas e da sistemática de trabalhos dos órgãos licenciadores, incluindo a capacitação de seus profissionais em técnicas de mediação para poderem tratar adequadamente estes conflitos que certamente surgirão.

REFERÊNCIAS

ABREU, M. C. S. D. **Modelo de avaliação da estratégia ambiental:** uma ferramenta para a tomada de decisão. Florianópolis: UFSC, 2001.

ACSELRAD, H. **Conflitos Ambientais no Brasil.** Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

ACSELRAD, H. Disputas Cognitivas e exercício da capacidade crítica: o caso dos conflitos ambientais no Brasil. **Sociologias**, Janeiro 2014. 84 - 105.

AGUIAR, R. A. **Estudo do Impacto da Ampliação de Berço e de Área de Pátio no Aumento da Capacidade Operacional de uma Base de Apoio Offshore.** Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo/Centro Tecnológico, 2013.

AGUIAR, R. A. **Estudo do impacto da ampliação de berço e de área de pátio no aumento da capacidade operacional de uma base de apoio offshore.** Vitória: UFES, 2013.

ANP. Rodadas de Licitação. **Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis**, 05 Maio 2013. Disponível em: <<http://www.anp.gov.br>>. Acesso em: 12 Maio 2014.

- BITENCOURT, C. P. **Empreendimentos costeiros de grande porte e conflitos no uso e ocupação do solo: a zona costeira sul capixaba**. Vitória: UFES, 2013.
- BRASIL. Lei 7661. **Site do Planalto**, Brasília, 16 Maio 1988. ISSN X. Disponível em: <www.planalto.gov.br>.
- BRASIL. Emenda Constitucional 9. **Site do Planalto**, Brasília, 9 Novembro 1995. ISSN x. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 12 maio 2014.
- BRASIL. Lei 9478. **Site do Planalto**, Brasília, 6 Agosto 1997. ISSN X. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 12 maio 2014.
- BRASIL. Lei 11959. **Site do Planalto**, Brasília, 29 junho 2009. ISSN X. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 12 maio 2014.
- BRASIL. Lei 12351. **Site do Planalto**, Brasília, 22 Dezembro 2010. ISSN X. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 12 maio 2014.
- BRASIL, MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA - MPA. RGP - Pescador Profissional. **Site do Ministério da Pesca**, 18 Maio 2014. ISSN X. Disponível em: <<http://www.mpa.gov.br/>>. Acesso em: 19 Maio 2014.
- BRASIL, MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - MMA. Gestão Territorial: Gerenciamento Costeiro. **Site do Ministério do Meio Ambiente**, 18 Maio 2014. ISSN X. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/estruturas/orla/_arquivos/pngc2.pdf>. Acesso em: 19 Maio 2014.
- BRASIL, MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Avaliação Ambiental Estratégica**. Brasília. 2002.
- BRASIL, SEP-PR. Assuntos: Planejamento Portuário Nacional. **Site da Secretaria de Portos da Presidência da República**, 5 Março 2014. Disponível em: <<http://www.portosdobrasil.gov.br/>>. Acesso em: 9 Junho 2014.
- CTA. **EIA/RIMA da Base de Apoio Logístico da C-Port Brasil Logística Offshore**. CTA. Vitória, p. 300. 2012.
- DIEGUES, A. C. A Sócio-Antropologia das Comunidades de Pescadores Marítimos no Brasil. **Etnográfica**, 1999. 361-375.
- ESPÍRITO SANTO. Decreto 3738-M. **Site do ICMBio**, 1994. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/cepsul/images/stories/legislacao/Decretos/1994/dec_3738_m_1994_a_paguanandy_es.pdf>. Acesso em: 28 março 2015.
- ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Espírito Santo 2030. **Site do Projeto Espírito Santo 2030**, 2013. Disponível em: <<http://www.es2030.com.br/projeto.html>>. Acesso em: 29 março 2015.

- FREIRE, W. **Gestão de Crises e Negociações Ambientais**. Belo Horizonte: Editora Mineira Livros Jurídicos, 2007.
- FREITAS, A. F. D.; FREITAS, A. F. D.; DIAS, M. M. O uso do Diagnóstico Rápido Participativo (DRP) como metodologia de projetos de extensão universitária. **Em Extensão**, Uberlândia, jul/dez 2012. 69-81.
- GIBERTONI, C. A. C. **Teoria e Prática do Direito Marítimo**. 3^a. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2014.
- IEMA. Recursos NATurais: Áreas Naturais Protegidas: Unidades de Conservação. **Site da SEAMA**, 2014. Disponível em: <www.meioambiente.es.gov.br>. Acesso em: 19 Maio 2014.
- LEAL, G. F. Justiça Ambiental, Conflitos Latentes e Externalizados: Estudo de Caso de Pescadores Artesanais do Norte Fluminense. **Ambiente e Sociedade**, Outubro - Dezembro 2013. 83 - 102.
- LOPES, A. P. **Territorialidades em conflito na Baía de Sepetiba, Rio de Janeiro, Brasil**: estudo de caso dos conflitos entre os pescadores artesanais e o porto da Companhia Siderúrgica do Atlântico. São Paulo: USP, 2013.
- MACHADO, P. A. L. **Direito ambiental brasileiro**. 19^a Edição. ed. São Paulo: Malheiros, 2011.
- MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Gerenciamento Costeiro no Brasil. **Site do Ministério do Meio Ambiente**, 2014. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/gestao-territorial/gerenciamento-costeiro>>. Acesso em: 13 Abril 2015.
- PAIM, M. A. As plataformas marítimas e os conflitos do uso do espaço marítimo. **Revista Síntese de Direito Ambiental**, São Paulo, set-out 2014. 9-16.
- PIZETTA, G. T. **Avaliação multidimensional dos sistemas pesqueiros da região sul do Espírito Santo, Brasil, e seus indicadores de sustentabilidade**. Vitória: UFES, 2004.
- RANGEL, T. L. V. A Comunidade como Locus de Promoção das Práticas de Mediação: o empoderamento do indivíduo no tratamento de conflitos. In: NETTO, F. G. D. M. **Mediação nas Comunidades e Instituições**. 1^a Edição. ed. Niterói: PPGSD, v. 1, 2014. Cap. 1, p. 08-33.
- RBJA. Avaliação de Equidade Ambiental. **Site da Rede Brasileira de Justiça Ambiental**, Novembro 2009. Acesso em: 19 Maio 2014.
- RODRIGUES, W. C. **Metodologia Científica**. Paracambi/RJ: FAETEC/IST, 2007.
- SÁNCHEZ, L. E. **Avaliação Ambiental Estratégica e sua aplicação no Brasil**. Rumos da Avaliação Ambiental Estratégica no Brasil. São Paulo: [s.n.]. 09 dez. 2008. p. 1-21.

SEDES. Setores Produtivos: Petróleo e Gás Natural. **Site da Secretaria de Desenvolvimento do estado do Espírito Santo**, Maio 2014. Disponível em: <www.sedes.es.gov.br>. Acesso em: 19 Maio 2014.

SOARES, S. I. D. O. **Mediação de Conflitos Ambientais**. Curitiba: Juruá, 2010.

THEODORO, S. H. (. **Mediação de Conflitos Socioambientais**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

TRENTIN, T. R. D.; PIRES, N. S. S. Mediação Socioambiental: uma nova alternativa para a Gestão Ambiental. **Direito em Debate**, p. 142-161, 2012.

VASCONCELOS, C. E. D. **Mediação de Conflitos e Práticas Restaurativas**. São Paulo: Método, 2008.